

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO NA ILHA DOS FRADES COM ENFOQUE NA ECOLOGIA POLÍTICA

Alexandre Amadeu Cerqueira de Miranda¹; Maria José Andrade de Souza²; Samadhi Gil Carneiro Pimentel³; Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira⁴

1. Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: alexandreaph@gmail.com
2. Graduanda em Direito, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: mariasouza19@hotmail.com
3. Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: samadhigil@yahoo.com.br
4. Orientador, Departamento de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fpbandeira@gmail

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia Política; Ilha dos Frades; Conflitos Socioambientais.

INTRODUÇÃO

As problemáticas surgidas com a crise ecológica apontaram a incontornável necessidade de estender as proposições e estudos acerca da conservação ambiental para além das soluções pragmáticas. Sendo assim, tornou-se necessária uma indissociável junção da esfera ambiental com a esfera sociopolítica para a compreensão das interações que as sociedades humanas mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos. Partindo desta perspectiva, este trabalho procura analisar o conflito socioambiental envolvendo a comunidade de pescadores de Paramana, localizada na Ilha dos Frades, Salvador-Ba, a partir do referencial da Ecologia Política, por se tratar de um campo de pesquisa que considera as inter-relações que sociedades humanas mantêm com o meio ambiente, combinando o foco da ecologia humana com conceitos da economia política, tendo em vista as relações estruturais de poder entre essas sociedades (Little, 2006).

Isto posto, interessa à proposta deste trabalho uma perspectiva interdisciplinar que faça a junção de duas esferas antropológicas, a social e a ambiental, a fim de identificar as formas de apropriação dos recursos naturais com o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos socioecológicos, ao mesmo tempo em que ampliam-se os conceitos e as abordagens dos estudos sobre os conflitos socioambientais, que não são senão: *“embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios sociais e naturais.”* (Little, 2006). Nesta perspectiva, o conflito aqui analisado é também marcado por distintos sentidos e fins para a ocupação da região, o que resulta, necessariamente, em uma relação conflitiva, seja ela tácita ou expressa.

Para entender a origem sócio-histórica dos fenômenos atuais, tendo em vista que o espaço é a “acumulação de tempos”, como bem afirma Milton Santos (1994), interessa identificar as relações socioespaciais que foram travadas no passado e os paradigmas que norteiam o contexto atual do conflito socioambiental em estudo. Nessa esteira de raciocínio, as mudanças socioambientais ocorridas na Ilha dos Frades são melhor percebidas quando se considera as relações de poder historicamente estabelecidas entre os grupos sociais envolvidos, evidenciando, por exemplo, fatores relacionados à ocupação territorial, tal qual a introdução dos projetos desenvolvimentistas na referida Ilha, sobretudo a partir da década de 30, quando empresas estatais, nacionais e multinacionais são implantadas na Baía de Todos os Santos, redefinindo estruturas desiguais nas formas de acesso, posse e controle do território e dos recursos materiais.

Essa questão da apropriação territorial pode ser melhor refletida a partir de uma

determinada concepção sobre territorialidade¹, o que faz entender que a constituição de novos empreendimentos em territórios historicamente ocupados por comunidades locais, tenham eles a finalidade de preservar o meio ambiente e/ou explorá-lo, acarreta em sobreposição de territorialidades e em conflitos socioambientais (Coelho *et al.* 2009), o que implica em alterações nas relações entre e dentro dos grupos sociais e desses com o meio ambiente, em um processo chamado por Foster (2005) de metabolismo social.

Em meio às diferentes perspectivas de como devem ser pautadas as relações com o território e seus recursos correspondentes, não se pode perder de vista a presença do Estado, no momento em que procura estabelecer um outro modelo de organização ocupacional para a BTS, e, conseqüentemente, para a Ilha dos Frades, ao definir, em diferentes contextos, o marco regulatório que indicaria a medida das relações que há de se ter neste espaço com os grupos sociais, as paisagens e os recursos naturais.

Considerando as relações entre grupos sociais, tradicionais ou não, e meio ambiente, bem como os processos de mudanças sociais, ambientais e territoriais, o presente trabalho pretende desenvolver uma proposta de análise em Ecologia Política a partir de estudo de caso sobre os conflitos socioambientais que tem como cenário a Ilha dos Frades, Área de Proteção Ambiental (APA) Baía de todos os Santos (BTS), Salvador - Bahia, destacando aspectos legais, socioambientais e territorial.

METODOLOGIA

A propósito da metodologia empreendida na construção do trabalho, voltou-se, fundamentalmente, à investigação teórica da bibliografia que deu sustentação à discussão proposta, bem como, lança-se mão de um breve estudo de caso, na tentativa de trazer elementos práticos para auxiliar o entendimento dos processos físicos-ambientais e sociais.

Dessa maneira, utilizou-se, predominantemente, as fontes que tratam dos conflitos socioambientais, dando enfoque aos relacionados às unidades de conservação bem como as abordagens referentes à Ecologia Política.

No estudo de caso, foram usados dados preliminares de pesquisa de campo, referente ao trabalho de história ambiental e etnoecologia dos conflitos socioambientais, levantados anteriormente junto a uma das comunidades da Ilha dos frades – povoado de Paramana - pelos autores do presente trabalho. Com o intuito de trazer outros elementos, foram pertinentes as leituras de trabalhos que discutem a concepção do que venha a ser território e territorialidades a partir de uma compreensão mais contextualizada, no sentido de apontar para formas diferenciadas de apropriação territorial.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do ponto de vista paisagístico, a Baía de Todos os Santos (BTS) pode ser considerada uma das mais importantes baías brasileiras por ainda conter um relevante conjunto de fragmentos de Mata Atlântica, guardando portanto um dos ecossistemas mais impactados pela ação antropogênica. Ao longo de sua história, a baía vem sendo sistematicamente desmatada, com sua paisagem típica dando lugar a grandes empreendimentos agrícolas e industriais, bem como a inúmeros aglomerados urbanos.

Dentro do seu arquipélago de cinquenta e seis ilhas, encontra-se a Ilha dos Frades, uma das maiores da BTS, com extensão de 1,052 Km², e localizada no município de Salvador-Ba. Sua paisagem contém significativos fragmentos de Mata Atlântica, de restingas

¹ A questão da territorialidade é definida por Little (2004) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”.

e de manguezais. Algumas de suas praias, de grande beleza sênica, são ocupadas por pequenos vilarejos que remontam o final do séc. XIX, onde sua população é composta basicamente por pescadores e marisqueiras, que além do labor no mar, trabalham com atividades ligadas ao turismo, como funcionários públicos e como operários nas indústrias que atuam na região.

Nesse panorama, compreendendo-se algumas mudanças socioambientais ocorridas na Ilha dos Frades, aponta-se alguns fatos preponderantes que motivaram tais alterações. Nesse processo, a Ilha, bem como todo o entorno da Baía de Todos os Santos (BTS), vem tendo os seus recursos naturais apropriados e degradados em virtude das atividades socioeconômicas desenvolvidas por empresas Estatais, nacionais e multinacionais implantadas na região: inicialmente, na década de 30 e 40 - com a prospecção de combustíveis fósseis -; na década de 70 - com consolidação e instalação de pólos industriais - e nos últimos anos, por empreendimentos turísticos.

Nessa conjuntura, as comunidades locais foram (e ainda são) impactadas com as alterações no acesso aos recursos naturais, tais como os marítimos, que tiveram mudanças qualitativas e quantitativas em virtude do aumento da poluição e da sobrepesca. A primeira causada pelo despejo de lixo industrial e derramamento de óleo pelas indústrias instaladas, resultando em fenômenos como a maré vermelha que impactam diretamente a atividade de pesca; e a segunda sendo reflexo das mudanças de técnica de pesca, e aumento demográfico.

Mergulhadas nesse contexto, as comunidades haliêuticas da Ilha dos Frades vivenciam mudanças de cunho socioeconômico e ambiental que estão sendo processadas historicamente. A geografia da Ilha, por exemplo, vem se modificando num ritmo cada vez mais acelerado dada a instalação de projetos de grandes impactos. Neste aspecto, retrocedendo à década de 70 do séc. XX, deve-se as alterações de parte significativa da flora nativa à instalação da CONCIC Portuária, por volta de 1975, quando esta implanta uma fazenda de produção de coco entre as praias do Loreto e Paramana, além de ter contribuído com algumas modificações de cunho social, ao ofertar empregos para o trabalho precarizado na lavoura de coco, retirando, com isso, algumas pessoas de sua tradicional labuta no mar.

Com a criação da APA-BTS, através do decreto n. 7.595/1999, está-se diante de um novo contexto, uma redefinição da dinâmica de apropriação territorial, que pode ou não ser conflitiva, mesmo quando está a tratar de uma categoria de Unidade de Conservação (UC) que tem como uma de suas características, maior flexibilidade quanto às possibilidades de exploração dos recursos naturais e uso do território. Por outro lado, convém ressaltar que passados oito anos de criação da referida APA, até o momento não foi apresentado um plano gestor de manejo. As razões para isso podem ser as mais diversas, mas para não incorrer nas suposições, o fato é que sem esse plano e a devida fiscalização do Poder Público, a APA fica vulnerável aos interesses capitalistas do setor privado, o que afeta diretamente a manutenção de sua sociobiodiversidade em virtude de uma ocupação territorial irregular e o uso dos recursos de forma predatória.

A esse respeito, há indícios de que as medidas conservacionista adotadas para a região até então têm sido tratadas, politicamente, de forma vertical, no momento em que não se estabelece um diálogo com a população local. Ademais, a apropriação dos recursos da região têm sido, predominantemente, controlada por grupos sociais dominantes - donos de empreiteiras e empresas públicas e privadas - alheios às comunidades, sujeito social que participa ativamente do conflito.

Em face de tal conjuntura, uma análise sobre os conflitos relacionados à Ilha dos Frades, ao fazer uma abordagem com os fundamentos da Ecologia Política, deve levar em consideração os fatores que influenciaram (e ainda influenciam) a regulamentação da área, em diferentes contextos e com medidas legais que foram sendo reformuladas, ao longo das

últimas décadas do séc. XX, sobretudo a partir da década de 70. Nesta perspectiva, considerar que, em meio aos processos históricos que provocaram as transformações mais marcantes do ponto de vista socioambiental, um olhar voltado para a regulamentação da região, seja pela sua efetividade ou não, pode trazer importantes contribuições no sentido de revelar possíveis intencionalidades e estratégias envolvidas na construção de uma outra realidade sob parâmetros legais.

Nessa esteira de raciocínio, cabe pontuar que o mecanismo de controle social titularizado pelo Estado para a Ilha, e a Baía como um todo, não se constitui enquanto um campo neutro, pois que é o resultado da correlação de forças dos grupos sociais envolvidos. Ademais, o fato de o Estado definir, por meio da lei, as novas formas de apropriação territorial e uso dos recursos não significa que o consiga imediata e plenamente, pois a realidade social da Ilha dos Frades é também marcada por complexidades, as quais as leis não conseguem abranger. Ainda assim, é possível perceber no campo institucional um lugar de disputa dos interesses em jogo, que, por vezes, evidenciam confrontos mesmo entre os diversos órgãos responsáveis pela execução das políticas ambientais na região. Mais recentemente, por exemplo, vem se desenrolando um conflito judicial a respeito de obras que estão sendo realizadas pelo setor privado em toda a Ilha dos Frades, que tem confrontado as posições entre órgãos e instituições Estatais com relação aos licenciamentos para a ocupação do solo e construção de obras na Ilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, cabe pontuar que o mecanismo de controle social titularizado pelo Estado para a Ilha, e a Baía como um todo, não se constitui enquanto um campo neutro, posto que é o resultado da correlação de forças dos grupos sociais envolvidos. Ademais, o fato de o Estado definir, por meio da lei, as novas formas de apropriação territorial e uso dos recursos não significa que o consiga imediata e plenamente, pois a realidade social da Ilha dos Frades é também marcada por complexidades, as quais as leis não conseguem abranger. Ainda assim, é possível perceber no campo institucional um lugar de disputa dos interesses em jogo, que, por vezes, evidenciam confrontos mesmo entre os diversos órgãos responsáveis pela execução das políticas ambientais na região. Mais recentemente, por exemplo, vem se desenrolando um conflito judicial a respeito de obras que estão sendo realizadas pelo setor privado em toda a Ilha dos Frades, que tem confrontado as posições entre órgãos e instituições Estatais com relação aos licenciamentos para a ocupação do solo e construção de obras na Ilha. (Jornal A Tarde, 2010)

Diante dessas questões, vê-se que no próprio Estado o regulamento relativo às políticas ambientais não é um consenso, mas atravessado por interesses diferenciados, que delimitam a cada momento o espaço dos possíveis na definição dos “termos” em que se dá a preservação ambiental. Atentar para os limites da implementação de uma Área de Preservação Ambiental, tal como vem se dando na Baía de Todos os Santos, significa colocar em cena as contradições de um modelo social predatório que procura, em determinados espaços, conciliar a lógica desenvolvimentista e a preservação ambiental sob o argumento dos “interesses da coletividade”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição Federal, coleção de Leis de direito ambiental*. / [organização, editora jurídica da Editora]. Baureri, SP: Manole, 2004.
- COELHO, M. C. N. *et al.* Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da Geografia e da Ecologia Política. *In: Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, v. 1, pp. 67-111.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

FOSTER, J. B. *A Ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418p.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In: Anuário Antropológico/2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. pp. 251-290.

_____. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: ano 12, n. 25, jan/jun 2006. pp. 85-103.